

A Escola de Guerra na revolta de 5 de Dezembro de 1917

Jorge Silva Rocha
Comissão Portuguesa de História Militar
Academia Militar
CEI ISCTE-IUL

“Um dia um grupo de rapazes, querendo vincar a opinião que ía na consciência de todos os bons portugueses, julgou que devia sacrificar a sua vida e a vida dos seus em benefício da nação. De facto foram e venceram, porque a vitória é sempre dos audazes e daqueles que não olham para trás.”¹

Uma era de confluência de descontentamentos

Com o “Movimento das Espadas”, protesto levado a cabo por oficiais da guarnição de Lisboa entre 20 e 22 de Janeiro de 1915, teve início um período de acentuada degradação das relações político-militares. Nos quatro anos que decorrem entre 1915 e 1919 as demonstrações de descontentamento e de poder de significativos sectores do aparelho militar nacional foram uma constante assim como a sua interferência directa na vida política do País.

Como pano de fundo estava a Grande Guerra, elemento de fundamental importância na evolução do relacionamento civil-militar na sociedade portuguesa da época.²

Discutida no Congresso ainda em 7 de Agosto de 1914 uma declaração governamental destinada a estabelecer os objectivos da política externa portuguesa em contexto de guerra, cedo surgiram diferentes correntes de opinião em torno da eventual participação de Portugal no conflito.

Conhecidas as intenções germânicas no que respeitava aos territórios africanos, no dia 12 de Agosto de 1914 foi decretada a preparação de uma expedição militar dotada dos efectivos e dos meios necessários ao reforço da defesa militar dos territórios portugueses de Angola e Moçambique, uma das poucas questões relacionadas com a participação de Portugal na Guerra em torno da qual foi possível alcançar um generalizado consenso político e social.

À medida que a conjuntura de guerra foi evoluído e se intensificou no contexto europeu, as clivagens entre os diversos sectores de opinião quanto à forma de melhor defender os interesses nacionais portugueses, foram-se tornando progressivamente mais visíveis. Os Evolucionistas declararam-se favoráveis a um apoio à política dos aliados ingleses mas só em caso de verdadeira necessidade; os Unionistas de Brito Camacho defendiam o envio de efectivos e meios para a defesa das colónias, abstendo-se Portugal de uma intervenção directa nos confrontos em solo europeu; os Democráticos surgiam como único grupo político defensor de uma intervenção directa e activa de Portugal no conflito, tese que, fruto da evolução das conjunturas interna e externa, viria a ganhar alguma força e justificação nos derradeiros meses de 1914.

Entre Setembro e Dezembro desse ano o envolvimento português na guerra foi gradualmente crescendo, primeiro por solicitação das autoridades francesas e finalmente pelo pedido formulado pelas autoridades inglesas no sentido do envio de forças militares portuguesas para a frente ocidental do teatro europeu. O pedido de participação portuguesa que inicialmente se pretendia limitada à cedência de peças de artilharia acabou por evoluir no sentido do envio de uma Divisão de tropas oriundas das diversas Armas e Serviços do Exército.

O ponto de não retorno acabaria por ser o dia 17 de Outubro, data da aceitação formal por parte das autoridades nacionais da solicitação formulada sete dias antes pela Inglaterra. No dia 19 tiveram lugar os primeiros confrontos com tropas alemãs em Angola e no dia 20 manifestou-se subitamente em Mafra a primeira revolução declaradamente anti-guerrista. Instigada por elementos monárquicos resultou na ocupação da Escola Prática de Infantaria como forma de protesto contra a mobilização para a guerra.

Estava dado o mote para um movimento de contestação que haveria de crescer no seio dos diversos sectores da sociedade civil e, inevitavelmente, no interior da instituição militar.

A revolta de Mafra constitui assim a primeira demonstração pública de força contra a mobilização geral que se adivinhava mas também a prova de que, sob a capa da defesa de uma política de não intervenção na Guerra, uma parte significativa do movimento monárquico mantinha inalterada a vontade de derrubar a República.

Obtida a autorização do Congresso, a mobilização geral para a Guerra foi decretada a 25 de Novembro de 1914.

O ano de 1915 teve como principal momento de oposição aos poderes instituídos a revolta de 14 de Maio na sequência da qual se opera um assalto à Escola de Guerra. A pretexto da decisão tomada pelo Presidente Manuel de Arriaga no sentido de serem amnistiados elementos monárquicos envolvidos em intencões anteriores e, em particular, na revolta de Mafra de 20 de Outubro do ano anterior, os Democráticos puseram em marcha o planeamento de um golpe de Estado que acabou por levar à resignação do Presidente Manuel de Arriaga.

É em 1915 que começaram a fazer-se sentir com maior intensidade as dificuldades económicas e sociais derivadas da Guerra. As crescentes dificuldades na obtenção de bens essenciais associadas ao aumento significativo dos preços dos escassos géneros disponíveis para transacção, fizeram disparar o número de tumultos e desacatos da população, inicialmente em Lisboa e, progressivamente, um pouco por todo o País.

Com este cenário de fundo, agravado pela persistente crise política, a 14 de Maio desse mesmo ano teve lugar a primeira grande revolta causadora de elevado número de mortos e feridos civis mas também militares como resultado do assalto à Escola de Guerra, momento que se evoca com a publicação de esta obra.

Teófilo Braga sucedeu a Manuel de Arriaga e, um mês depois, a 13 de Junho, o Partido Democrático conseguiu o número de votos suficientes para garantir uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados e a maioria absoluta no Senado.

Em face destes resultados José de Castro, chamado a chefiar o ministério após o atentado de que tinha sido alvo João Chagas, demitiu-se acabando no entanto, e apesar dos apelos feitos por Afonso Costa no sentido da criação de um “Governo Nacional”, por vir a ser empossado o Governo saído destas eleições.

Em Julho de 1915 o recém-empossado Governo, numa iniciativa que viria a ter importantes reflexos nas questões suscitadas em torno da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o Major Norton de Matos, que no anterior executivo tinha sido encarregado da pasta das Colónias, passou a chefiar a importante e exigente pasta da Guerra. Pasta que, com o evoluir da conjuntura doméstica e externa, seria alvo de constante atenção e frequentes críticas em face das opções tomadas nos diversos momentos do envolvimento português no conflito. Caberia a Norton de Matos a tarefa de desencadear as primeiras acções necessárias à mobilização e preparação de uma força militar portuguesa destinada a intervir no teatro de operações europeu do conflito mundial então em curso.

Tarefa nada facilitada se tivermos em conta que, a nível interno, tinham aumentado os problemas derivados da degradação das condições políticas que tinha levado ao arrastamento do processo de tomada de decisão; ao esboroar do frágil consenso inicialmente alcançado relativamente ao envolvimento português no conflito; ao surgimento de novas e mais graves frentes de tensão e conflito entre civis e militares.

Nas frentes de combate, não obstante a adopção de posições de combate estáticas e de trincheira, o número de baixas não parava de aumentar a par do mais generalizado conhecimento das terríveis condições de combate aí vividas. Nas frentes internas dos diversos países beligerantes as condições de vida atingiam níveis insuportáveis.³

Cerca do mês de Outubro de 1915 acalentava-se um pouco por toda a Europa a esperança de que a grande ofensiva planeada pelo comando militar aliado para a Primavera seguinte colocasse um fim definitivo e vitorioso no conflito, fazendo cessar a penosa sangria de vidas e meios.

Entretanto, em Portugal, Afonso Costa e os Democráticos, isolados de qualquer apoio, tudo faziam para envolver o País nessa operação considerada derradeira e de grande relevo, o momento que permitiria a Portugal alcançar o tão ambicionado reconhecimento internacional.

Em finais de Novembro, Afonso Costa passou a chefiar o seu 2º Governo empossado por Bernardino Machado, eleito Presidente da Republica pelo Congresso no dia 6 de Agosto.

A 30 de Dezembro as autoridades inglesas indagaram junto do Governo de Lisboa da disponibilidade para efectuar a requisição de navios mercantes alemães ancorados em portos nacionais. Apesar do desconforto causado pela solicitação Afonso Costa, que teria preferido actuar só após uma declaração formal de guerra por parte da Alemanha, ordenou a apreensão de todos os navios alemães a partir de 23 de Fevereiro. A 9 de Março a Alemanha declarava formalmente guerra a Portugal.

A partir de Março de 1916 todas as atenções e prioridades se centram então na edificação e treino de uma força militar expedicionária. Afonso Costa cede a presidência a António José de Almeida dando corpo à União Sagrada possível.

O empenhamento governamental colocado na organização do corpo expedicionário que haveria de servir na frente europeia da Grande Guerra contrasta desde logo com a posição, mais ou menos publica, de um sem número de oficiais de quadro permanente contra a intervenção no conflito. Numa tendência que vinha em crescendo desde a declaração de guerra a Portugal, a política de intervenção seguida pelo Governo levantava todo o tipo de reservas em largos sectores das diversas classes militares, em particular do Exército. A braços com uma crescente resistência em sectores hierárquicos mais seniores, Norton de Matos

procurou o necessário apoio no seio das camadas republicanas mais jovens do oficialato onde não faltavam os elementos com experiência política pública.

Com o apoio destes oficiais operou-se o chamado “milagre de Tancos” onde foi criada uma Divisão de instrução; foram organizadas escolas de oficiais milicianos e de recrutas e, procurando por cobro a abusos recorrentes, foi reformulado o sistema de recrutamento tornando-o mais rigoroso e abrangente.

A impopularidade das medidas governamentais tomadas no sentido de limitar a fuga ao recrutamento e mobilização teve o seu reflexo mais visível nos actos de insubordinação e desobediência ocorridos entre as praças mas também no seio dos oficiais do Exército.

A 13 de Dezembro de 1916 deu-se a revolta liderada por Machado dos Santos.

Em função das dificuldades surgidas e da crescente animosidade popular, o primeiro embarque de tropas portuguesas para França seria feito a 26 de Janeiro de 1917 em surdina e por entre grande aparato de segurança da Guarda Republicana.

Nos primeiros cinco meses de 1917 a política de guerra seguida pelo Governo encontrou crescente discordância e oposição por parte sobretudo das franjas mais desfavorecidas das populações urbanas que se debatiam com enormes dificuldades derivadas da carestia.

O divórcio entre os objectivos do Governo e as intenções da generalidade da população era por demais evidente e assumiu proporções de visibilidade pouco comuns nos restantes países beligerantes.

A contestação popular agravou-se, foi reprimida com violência pelas forças policiais e levou à suspensão das garantias fundamentais a 20 de Maio. longe de acalmar, a situação agravou-se com a generalização de greves e motins violentos que acabaram por obrigar à declaração do estado de sítio em Lisboa no dia 12 de Julho.

Gradualmente, o governo de Afonso Costa, o terceiro, foi conquistando todo o tipo de oposições tanto nos meios urbanos como nos rurais que colocaram definitivamente em causa o principal objectivo da política Costista - a legitimação do regime por via da intervenção na Guerra.

A oposição ganhou então força em face do alargamento dos seus apoios de base enquanto o Governo, em sentido contrario, via a sua margem de manobra diminuída pelo estreitamento da sua base política de apoio.

A partir de Outubro de 1917 cresce a convicção, agora também nos meandros dos meios políticos, de que os Democráticos e Afonso Costa só poderiam ser travados nas suas intenções por via do golpe de Estado.⁴

A revolta 5 de Dezembro de 1917

Na preparação do golpe de 5 de Dezembro assumiu papel de destaque o Major Sidónio Pais, antigo diplomata em Berlim, professor universitário e político.

Os contornos da acção conspirativa que antecedeu este golpe de estado estão, apesar da escassez de fontes primárias que as comprovem definitivamente, abundantemente descritas em diversas obras cuja narrativa converge na apresentação de um cenário que tem como pano de fundo a sede do jornal *A Luta* e como personagens principais, além de Sidónio Pais, Brito Camacho, militares de diversas patentes e proveniências, elementos Unionistas e outros opositores dos Democráticos.⁵

Por esclarecer estarão ainda hoje as verdadeiras razões que levaram Brito Camacho a abandonar as acções conspirativas, proibindo mesmo a sua realização, sendo no entanto plausível que tal facto se tenha ficado a dever ao excessivo protagonismo alcançado pelo inexperiente político Sidónio Pais e ao tipo de alianças que se antevia este poderia vir a promover no futuro.

O partido Unionista, incapacitado de alcançar o tão ambicionado poder governativo e na iminência de poder vir a ser dissolvido, avançou para a revolução.

“(…) constituiu um comité de oficiais agaloados que por lá abundavam, o qual delegando em Sidónio a tarefa perigosa das aliciações, reunia, uma vez por outra, para trocar impressões sobre a marcha dos trabalhos (...)”⁶

Continuação de um processo revolucionário que se pode afirmar constante, apesar de intermitente, que teve o seu início sete anos antes, a revolta de 5 de Dezembro segue um guião ensaiado em tentativas anteriores. Orquestrado por figuras públicas relativamente bem conhecidas e colocadas, obrigou a um trabalho discreto mas eficaz de angariação de apoios no seio das Forças Armadas e em especial junto dos seus escalões hierárquicos mais baixos.

“Sidónio conversou com alferes, sargentos, simples marujos, etc., que lhe eram levados por civis amigos, por oficiais demitidos, por quem quisesse, enfim, contribuir para o bom sucesso da empresa (...)”

A estes militares das fileiras somar-se-ia também o apoio importante de um sem número de oficiais demitidos em função do fracasso das conjuras em que foram participando⁷;

dos cadetes da Escola de Guerra “(...) a quem seduzia a ideia aventureira de antecipar a sua hora de combatentes, afugentando a tiro um governo de quem ouviam dizer tanto mal (...)”⁸; de grupos de civis armados e com larga experiência no manejo de explosivos, adquirida nos constantes confrontos com os carbonários da “formiga-branca”.

Nos primeiros momentos da revolução de 5 de Dezembro Sidónio Pais, depois de se fardar num quarto da Rua Gomes Freire, partiu à frente de uma força de 40 efectivos de Cavalaria 7 em direcção à Escola de Guerra onde, sem qualquer resistência, acabou por arregimentar cerca de 400 cadetes para a sua empresa.

Os homens de Cavalaria 7 comandados pelo Alferes Pessoa de Amorim, uma vez fechados os acessos das ruas adjacentes, entraram na Escola de Guerra por volta da hora da terceira refeição. Ao som da marcha de guerra a embrionária força revolucionária liderada pelo Major Sidónio Pais, acompanhado de perto pelo Tenente Teófilo Duarte, dirige-se à parada principal da Escola que, uma vez efectuadas algumas descargas para o ar, rapidamente ficou cheia de cadetes saídos entretanto do refeitório.⁹

Rapidamente se passou palavra e, num súbito frenesim, os cadetes da Escola de Guerra, onde se inclui o filho do próprio Sidónio, apressaram-se a equipar e armar. “Arrombavam-se portas, soltavam-se brados de alegria, e os aliciados, (...) radiantes gritavam os seus vivas (...)”¹⁰

No espaço de uma hora foram arrombadas arrecadações de armamento, reuniram-se munições e desfizeram-se hesitações.¹¹

Formada a coluna de marcha na parada, a força revoltosa deixou a Escola de Guerra e, com Sidónio Pais na dianteira, dirigiu-se à Rotunda onde se reuniu com os militares revoltosos encarregados de sublevar as forças de Artilharia 1. Situada no centro da cidade, esta unidade dispunha de peças de artilharia necessárias aos planos de Sidónio tendo sido, por isso, colocado todo o cuidado e empenho no recrutamento de apoios no interior da mesma.

Certos da existência de elementos democráticos entre oficiais e sargentos, encarregara-se o Alferes João Baptista de Araújo de rebelar a Unidade. Uma vez tomada a Unidade, rapidamente os revoltosos se apressaram a colocar as peças em bateria e constatavam que as mesmas não tinham os necessários percutores, encontrados mais tarde fechados numa gaveta.

Enquanto à distancia se ouviam os ecos da tomada de Infantaria 5 e de descargas para os lados da Escola de Guerra, arrombavam-se paióis e arrecadações.

Colocadas as peças em posição e disparadas duas salvas anunciando o início da revolução, Sidónio Pais entra finalmente no parque de Artilharia 1.

À hora de jantar do dia 5 de Dezembro estava em marcha a revolução e, apesar das movimentações iniciais serem tudo menos discretas, o Governo não tinha sido capaz de debelar a sublevação. Na Escola de Guerra as forças revoltosas ter-se-ão demorado cerca de uma hora, o mesmo tempo que levaria a tomada de Artilharia 1, tempo suficiente para uma reacção governamental ainda que expedita.¹²

Durante toda a noite Sidónio Pais teria também toda a liberdade para colocar em prática o seu plano ao mesmo tempo que reforçava o seu dispositivo defensivo com forças que, sem qualquer oposição das forças governamentais, foram chegando ao palco principal dos acontecimentos no alto do Parque Eduardo VII.

Na madrugada do dia 6 os efetivos militares revoltosos rondariam os 1500 homens provenientes de Cavalaria 7, Escola de Guerra, Artilharia 1, Infantaria 5, Infantaria 16 e Infantaria 33, além de numerosos civis. Deitando mão a todas as ferramentas disponíveis, inclusive servindo-se das espadas, todos trabalharam noite fora cavando os abrigos e trincheiras que os haveriam de proteger nas horas que se seguiram.

Ao longo do dia 6 de Dezembro o curso da revolta segue sem que se vislumbrem grandes movimentos de forças governamentais. As forças de Sidónio consolidam as suas posições e levantam barricadas nos principais acessos ao núcleo central da revolta enquanto alguns navios fieis ao Governo bombardeiam as posições revoltosas e a sua infantaria se limita a vigiar a zona do Parque Eduardo VII.

À medida que o dia foi avançando foram chegando relatos ao posto de comando dos revoltosos de movimentações de forças governamentais que se estariam entretanto a organizar em Monsanto para desencadear o seu ataque sobre o Parque. Tomando por boas as informações recebidas, Sidónio envia o Tenente Teófilo e o seu esquadrão de Cavalaria 7 em missão de reconhecimento e confirmação.

“ A nossa marcha de aproximação através da serra realizou-se com as precauções regulamentares, e revestiu um tal cunho de dissimulação, que a bateria de artilharia em posição de combate, apoiada por cavalaria, nem sequer suspeitou da nossa chegada.”¹³

O *esquadrão fantasma*, designação pela qual viria a ficar conhecido o esquadrão do Tenente Teófilo, conquistada a posição governamental e rendidas as forças de artilharia e cavalaria governamental que aí se encontravam, apressou-se a regressar com as quatro peças capturadas à posição do Parque Eduardo VII. Pelo caminho cruzaram-se com uma força de cavalaria da Guarda Republicana sobre a qual carregaram desbaratando-a. Sob o fogo das

peças de 203mm do cruzador Vasco da Gama, o esquadrão entrou no Parque ao som da marcha de Guerra.

“ Tão impressionante era o ar triunfal de oficiais e soldados, impregnado porém duma nota trágica, devido ao espírito de *Panache* que não lhes consente um desvio ou uma pressa no seu caminho, rasgado aqui e ali pelo rebentar das granadas inimigas, que centenas de cadetes e soldados entrincheirados saem dos abrigos, dando palmas e gritando: Viva a cavalaria”

A esta ação do esquadrão do 7 somar-se-iam outras investidas sobre a rectaguarda das forças governamentais, impondo rendições, respondendo às investidas da sua infantaria ou, como em Monsanto, capturando a sua artilharia estacionada no Campo de Santana. Em todas estas movimentações uma vez mais a Escola de Guerra, juntamente com Artilharia 1, desempenharia um papel relevante no apoio às forças revoltosas ao servir de ponto de substituição de montadas dos cavaleiros do 7.

O Governo só umas 36 horas depois do inicio da revolução colocou em marcha o seu plano de contragolpe. Às primeiras horas do dia 7 colocaram-se finalmente em marcha as colunas governamentais saídas do Arsenal da Marinha que ficou sob a protecção de uma força composta por 100 marinheiros e cerca de quatro dezenas de elementos da Guarda Republicana.¹⁴

O grosso das forças governamentais organizou-se em três colunas de marcha. A primeira coluna tinha por missão ocupar o Campo de Santana contando para o efeito com uma força de 50 cavaleiros da Guarda Republicana e 100 elementos da Guarda Fiscal. Do Arsenal seguiram pela Rua do Ouro e Calçada de Santana; a segunda coluna composta por 60 cavaleiros oriundos de unidades fieis do Exército, e 80 marinheiros progrediu pela Rua da Prata em direção à Penha de França onde foi reforçada por elementos das unidades de Sapadores e de Telegrafistas.

A terceira coluna era de todas a mais poderosa sendo constituída por 100 cavaleiros do Exército, 280 elementos da infantaria da Guarda Republicana e 280 marinheiros. Seguindo pela Rua Augusta e Almirante Reis, iria juntar-se às forças da primeira coluna no Campo de Santana.

Na zona do Rossio ficou uma força governamental destinada a garantir a segurança dos flancos das restantes forças bem como a dos itinerários de deslocamento. Faziam parte desta força 60 cavaleiros da Guarda Republicana e 100 infantes da Guarda Fiscal.

Distribuídos por todas as colunas seguiam também um numero indeterminado de *defensores civis*.

Do Tejo a artilharia naval apoiava o deslocamento das colunas governamentais com constantes bombardeamentos sobre a principal posição dos revoltosos no Parque Eduardo VII.

De acordo com os relatos, a progressão das colunas governamentais foi interrompida quer pela ação da artilharia revoltosa que disparou sobre elas à sua passagem pelo Terreiro do Paço, quer pela resistência feroz de duas centenas de civis que, a tiro e à bomba, impediram o avanço daquelas forças nas vizinhanças da Rua da Palma.

Impedidos de progredir em direção aos objectivos previamente estabelecidos, as forças do Governo responderam como puderam ao ataque, retrocederam e reagruparam no Rossio para, em seguida, subirem para o largo do Chiado e daí para o largo do Rato.

Será a partir do Rato que as forças governamentais lançarão o único grande ataque ao reduto revolucionário. Cerca das dez horas da manhã o grosso destas forças fraccionou-se novamente em três colunas de marcha que, com as forças da Marinha na dianteira, seguiram pelas Ruas das Amoreiras, São Filipe de Neri e Brancamp.

Este ataque incidiu sobre o flanco direito dos revoltosos mas acabou por revelar-se de difícil execução em função das características dos arruamentos por onde progrediram as forças fieis ao Governo. Ao longo de cerca de cinco horas os combates sucederam-se com períodos de maior ou menor intensidade.

Nas trincheiras ou em movimento, os cadetes da Escola de Guerra, os militares do batalhão de infantaria 33¹⁵ e os civis aí presentes responderam ao ataque e procuraram impedir a progressão das forças do Governo que contavam com o apoio de fogos das peças de três navios fundeados no Tejo.

Ocupando uma posição privilegiada e dispondo de abrigos que a demora na resposta governamental lhes tinha permitido consolidar, os revoltosos tinham como mais valia o eficaz uso da sua artilharia que, sob o comando do instrutor da Escola de Guerra Capitão José João Pinto da Cruz Azevedo¹⁶ bateu pelo fogo as posições inimigas.¹⁷

Sem artilharia no terreno e com a sua infantaria desbaratada, o comando das forças governamentais ainda solicitou reforços às Unidades de Santarém e Mafra sem que, no entanto, as mesmas tivessem feito chegar qualquer auxílio a Lisboa. Por acção de um significativo grupo de revolucionários pertencentes aos fornecedores de serviços telegráficos, todas as comunicações entre Lisboa e o resto do País tinham sido sabotadas e interrompidas. Nestas circunstâncias, a Unidade de artilharia de Santarém não chegou a sair e a de infantaria de Mafra, tendo saído, acabou por juntar-se aos revoltosos.¹⁸

Fortemente acoissadas, as forças governamentais acabaram por retirar para o Arsenal da Marinha com um registo de cerca de centena e meia de combatentes mortos (13 da Marinha) e de mais de seis centenas de feridos (cerca de 300 da Marinha).

Por toda a capital reinava então a desordem dispondo os revolucionários de clara e ampla liberdade de manobra militar e crescente envolvimento armado da população civil.

O Governo capitulou finalmente. Afonso Costa foi preso no Porto e Norton de Matos e Leote do Rego abandonaram o Arsenal da Marinha e procuraram refúgio num navio de guerra inglês.

“Os *gros galons* do democratismo, todos oficiais superiores (...) acabavam de ser vencidos por duas dúzias de Alferes comandados por um Major retirado do serviço há 15 anos.”

Efectivamente assim foi. Esta foi uma revolução que vingou nos seus objectivos militares pela acção empenhada de oficiais que tinham terminado os seus cursos na Escola de Guerra pouco tempo antes e dos seus cadetes, mas também de muitas centenas de civis que, desde o primeiro momento, aderiram à causa revolucionária.

Cadetes, Alferes e oficiais de diversa patente que, agindo discreta e individualmente nas diversas Unidades onde estavam colocados, conseguiram arregimentar seguidores dispostos a embarcar numa empresa de resultados pouco previsíveis.

Eles foram os “cadetes de Sidónio”, designação empregada pela primeira vez por Rocha Martins alguns anos depois dos acontecimentos e que haveria de perdurar até ao presente.

Sobre a participação empenhada e relevante dos cadetes alunos da Escola de Guerra no golpe de 5 de Dezembro de 1917 escreveu em tom épico alguns anos mais tarde Teófilo Duarte

“Esta comparticipação dos cadetes - futuros oficiais - vai ter uma importância transcendente não só por ser uma tropa de elite, como ainda porque mais tarde, pelos anos adiante, eles serão os elementos dinâmicos que nos Regimentos arrastarão os outros seus camaradas, na luta contra o democratismo. Eles serão no futuro, a projecção ameaçadora de Sidónio Pais.”¹⁹

Contrariando as expectativas acalentadas quanto às qualidades distintivas dos militares recrutados e formados depois da implantação da República, a nova geração de oficiais saídos da Escola de Guerra parecia enveredar por um ideal contrário à República parlamentar.²⁰

-
- ¹ Discurso proferido pelo Capitão Eurico Carneira e Sousa na sessão de 23 de Julho de 1918 da Câmara dos Deputados (Diário da Câmara dos Deputados, 3-1-1-23-07-1918-1 a 22- pp.13). Nomeado por Sidónio Pais para o cargo de Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos (2 de fevereiro de 1918).
- ² Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, 1985, Imprensa Nacional Lisboa, pp. 250 *et seqs.*
- ³ Serra, João B. *A evolução política (1910-1919)*, in Rosas, Fernando e Rollo, Maria Fernanda, coord. História da Primeira República Portuguesa, 2011, Tinta-da-China, Lisboa, pp. 93 *et seqs.*
- ⁴ Para uma leitura mais detalhada de toda a conjuntura deste período veja-se Telo, António J., *A Primeira República I, Do Sonho à Realidade*, 2010, Editorial Presença, Lisboa. Para as questões relacionadas com a participação militar portuguesa na Grande Guerra veja-se a obra de Fraga, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os dois seguimentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*, 2010, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- ⁵ Veja-se Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp. 158 *et seqs.* Veja-se também Fraga, Luís Alves de, *Do Intervencionismo ao Sidonismo, Os dois seguimentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*, 2010, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp.445 *et seqs.*
- ⁶ Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp. 158
- ⁷ “(...) oficiais que, tocados pela tarântula política e ansiosos pela desforra do 14 de Maio e do 13 de Dezembro, em que o exército tinha sido enxovalhado, ardiam em desejos de redimir o país(...)” Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp. 164
- ⁸ *Idem, ibidem*
- ⁹ Martins, Rocha, *Memórias sobre Sidónio Pais*, 1921, Sociedade Editorial ABC Limitada, Lisboa, pp.19 *et seqs.*
- ¹⁰ *Idem*, pp. 20
- ¹¹ Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp.176
- ¹² “(...) duas simples companhias da Guarda Republicana - que em geral estão sempre prontas a actuar -, agindo imediata e energicamente, teriam certamente posto cobro às veleidades de resistência do chefe revolucionário.” *Idem, ibidem*
- ¹³ Descrição da ação feita pelo próprio Teófilo Duarte. *Idem*, pp. 170.
- ¹⁴ Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp. 166 *et seqs.*
- ¹⁵ O batalhão de infantaria 33 (Lagos) estava em Lisboa a aguardar embarque para França e aderiu ao golpe recusando-se a embarcar.
- ¹⁶ Em 2 de Agosto de 1918 apresentaria como Deputado o seguinte requerimento à Câmara dos Deputados o seguinte requerimento: “Requeiro à Exa. ma Câmara licença para seguir para França, a fim de no C. E. P.; desempenhar as funções correspondentes ao meu posto, funções estas que não desempenho desde 20 de Agosto de 1911 por S. Exa. o Ministro da Guerra não me deixar seguir, embora pedisse, sem ser substituído no lugar de instrutor de artilharia que desempenhei durante dois anos na Escola de Guerra. Devo dizer que apenas passei dois meses e vinte dias no C. E. P., por ter feito parte de uma missão de estado (Diário da Câmara dos Deputados, 3-1-8-02-08-1918-1 a 36- pp.4). Seria nomeado por Sidónio Pais no mês de Outubro para o cargo de Secretário de Estado dos Abastecimentos.
- ¹⁷ Duarte, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado, 1941*, Portugália, Lisboa, pp. 168.
- ¹⁸ *Idem*, pp. 175
- ¹⁹ *Idem*, pp. 164
- ²⁰ Ferreira, José Medeiros, *O Sidonismo e os Militares*, in BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, 2003-2004, Círculo de Leitores, Lisboa, ,Vol IV pp. 277 *et seqs.*